

Verena Alberti*
CPDOC-FGV

O que documenta a fonte oral?
Possibilidades para além da construção do passado.

Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.

Rio de Janeiro, 1996

* Coordenadora do Setor de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-UFRJ) e doutora em Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha).

A história oral é, talvez, o campo da história e das ciências sociais em que mais se têm produzido textos de cunho teórico-metodológico nos últimos anos. É grande a quantidade de artigos, palestras e até livros que discutem questões como o papel do pesquisador, o transcurso da entrevista, a relação com a memória, entre outras. Poder-se-ia dizer que a história oral já se implantou atrelada à discussão teórico-metodológica que pretende garantir sua validade.

Apostando que ainda há espaço para mais uma incursão teórica, pretendo discutir aqui para que serve a história oral, partindo do pressuposto de que ela não é solução para tudo. Tenho uma forte convicção de que, na história oral como em qualquer outra prática científica, devemos, digamos assim, evitar o desperdício. O que quero dizer com isso? Que só se deve recorrer à metodologia da história oral quando os resultados puderem efetivamente responder às nossas perguntas e quando não houver outro tipo de fonte disponível – mesmo entrevistas já realizadas – capaz de responder às nossas perguntas. Só assim creio que o investimento de tempo e de recursos pode vir a ser compensado.

Esse tipo de preocupação não é nova em minhas reflexões sobre o assunto. Na verdade, ela tem a ver com a própria questão da especificidade da história oral: perguntar em que a história oral é específica é perguntar para que serve. Há pouco mais de sete anos, na introdução ao manual de história oral do CPDOC, apresentei algumas possibilidades de resposta e, dentre elas, destaquei a que me parecia mais fundamental:

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no indeditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade — e a da história oral como um todo — decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*. (Alberti, 1990, p.5; grifado no original)

Ao afirmar que o sucesso da história oral dizia respeito a toda uma postura que privilegiava a recuperação do *vivido* conforme *concebido* por quem viveu, eu tinha em mente a oposição lévi-straussiana entre mito, de um lado, e ritual, de outro.¹ Isso tinha duas implicações: de um lado, eu pressupunha a impossibilidade de resgatar a continuidade do vivido rompida pelo pensamento e, de outro, queria ressaltar o fato de historiadores e cientistas sociais terem passado a tomar como objeto de estudo as próprias formas de conceber o passado.

Ora, hoje continuo pensando basicamente do mesmo jeito no que diz respeito à especificidade da história oral, com a única diferença de que passei a considerar importante tomar igualmente como objeto a própria *ação* implicada naquelas formas de concepção do passado. Para tornar

¹ Para Lévi-Strauss, o real nunca é apreendido intuitiva e diretamente. Assim, *mito* e *ritual* correspondem a dois eixos de apreensão do real, um metafórico, da ordem do pensado, do concebido, que opera descontinuidades, e outro metonímico, da ordem do vivido, que procura, sem sucesso, refazer a continuidade do vivido por meio de fragmentações e repetições, tentando eliminar as rupturas operadas sobre o vivido pelo pensado. No fundo, diz ele, “a oposição entre o rito e o mito é aquela do viver e do pensar.” (Lévi-Strauss, 1971, p.603). Essa questão está mais desenvolvida em Alberti, 1988 e 1992.

isso mais claro, lanço mão de um exercício teórico de definição do estatuto da história oral enquanto fonte.

Resíduo de ação

Em um artigo intitulado “Reflexões sobre a teoria das fontes”, o historiador alemão Peter Hüttenberger (1938-1992) sugere dividir os vestígios do passado em dois grupos: os resíduos de ação, de um lado, e os relatos de ação, de outro. O típico resíduo de ação seria o clássico documento de arquivo – pedaço de uma ação passada –, enquanto que o relato de ação, posterior no tempo, poderia ser exemplificado por uma carta na qual se informa alguém sobre uma ação passada, ou ainda por memórias e autobiografias.

Essa especificidade dos documentos produzidos *a posteriori* também está presente no artigo de Jean-Jacques Becker, recentemente publicado na coletânea *Usos & abusos da história oral* organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. Becker utiliza a noção de “arquivos provocados” para dar conta da especificidade das fontes produzidas depois do acontecido, que, por isso mesmo, pertencem à mesma categoria das recordações ou memórias (Becker, 1987). Hüttenberger, contudo, dá um passo adiante, a meu ver, na medida em que considera que um relato de ação é também resíduo de uma ação: a carta mencionada acima, por exemplo, informa sobre uma ação passada, mas é também o resíduo de uma ação: a ação que seu autor quis desencadear ao escrevê-la e enviá-la pelo correio.

O mesmo ocorre com autobiografias, diz Hüttenberger:

Uma autobiografia é e quer ser principalmente um “relato” de ações passadas do ponto de vista de uma pessoa. Mas ela também pode ser parte de uma ação e, por isso, “resíduo”. Tanto assim que alguns atores guardam provisoriamente suas autobiografias, porque receiam consequências políticas ou de outro tipo. Eles acreditam que seu texto contém um potencial de possibilidades de ação, podendo, com isso, desencadear novas ações. As autobiografias querem instruir os leitores e impingir-lhes uma visão especial dos acontecimentos. (Hüttenberger, 1992, p.256)

De que forma podemos incorporar essa distinção à discussão sobre a especificidade da história oral? Ora, do mesmo modo que uma autobiografia, podemos dizer que uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações implicadas na própria entrevista. Com uma diferença, é claro: enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Assim, mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico – sobre ações passadas.

E o que a entrevista documenta enquanto *resíduo de ação*? Em primeiro lugar, ela é um resíduo de uma ação interativa: a comunicação entre entrevistado e entrevistador. Tanto um como o outro tem determinadas idéias sobre seu interlocutor e tenta desencadear determinadas ações, seja fazer com que o outro fale sobre sua experiência (do lado do entrevistador), seja fazer com que o outro entenda o relato de tal forma que modifique suas próprias convicções enquanto historiador (do lado do entrevistado). Em segundo lugar, a entrevista de história oral é

resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado – uma ação que é desencadeada tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador.

Note-se que, se chamo a isso de *ação* é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. O que me interessa agora é chamar a atenção para as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra. Ou seja, destaco como especificidade da história oral a possibilidade dela documentar as ações de constituição de memórias. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória.

Memória como acontecimento e ação

Quando se fala de memória no campo da história oral, muitas vezes lança-se mão de indefinições quase propositais, que garantem a manutenção de um certo fascínio. Fala-se da memória como se se estivesse falando de algo fluido e enigmático que, por isso mesmo, já basta para legitimar todo trabalho com a história oral. Não há dúvida nenhuma de que, em certo sentido, esse estilo hermético tem fundamento: é difícil saber o que é a memória, como ela se constitui e se processa no conjunto das atividades cognitivas do homem. Tão difícil que os antigos já a identificavam com um sexto sentido, interno, ao lado dos cinco sentidos externos.² Para dirimir um pouco nossas dúvidas a esse respeito, têm sido feitas algumas tentativas de definição do funcionamento da memória, como por exemplo a de Lutz Niethammer, para quem existem dois níveis de memória, a ativa e a latente.³ Seria interessante que outras tentativas fossem feitas nesse sentido, para que possamos incorporar, ao trabalho com a história oral, certos conhecimentos sobre potencialidades da memória humana.

O que quero sublinhar, contudo, com o destaque para ação de constituição de memórias, não é o processo cognitivo de rememoração e esquecimento, e sim a transformação daquela ação em objeto de estudo.

No início de seu artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, publicado no volume 3 da revista *Estudos Históricos*, Michael Pollak desenvolve um raciocínio que eu gostaria de lembrar aqui. Neste raciocínio, a idéia de memória coletiva tal como definida por Halbwachs sofre uma espécie de inversão. Se, para Halbwachs, na linha de Durkheim, a memória coletiva era um fato social a ser tomado como coisa – na medida em que fundamentava e reforçava os sentimentos de pertencimento ao grupo –, agora, diz Pollak, trata-se de investigar, antes de mais nada, como os fatos sociais se tornam coisas. Isto é, antes de a memória coletiva ser positivamente dada, cumpre verificar como ela se tornou fato positivo.⁴

² Além dos antigos, vários outros pensadores da história ocidental se preocuparam em garantir um lugar para a memória no esquema cognitivo. É o caso, por exemplo, de Hobbes, em *Natureza humana* (1658).

³ A memória ativa seria aquela em que aquilo de que sempre precisamos está à disposição – como, por exemplo, a idéia que se tem da vida como um todo –, enquanto a memória latente necessitaria de reconstruções e associações para ser recuperada. (Niethammer, 1985).

⁴ Em suas palavras: “(...) não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.

É nessa direção que eu gostaria de caminhar, isto é, chamando a atenção para o caráter factual da memória. Dito de outra forma: chamando a atenção para as possibilidades oferecidas pela história oral no sentido de se investigar a memória lá onde ela não é apenas significado mas também *acontecimento, ação*.

O próprio Pollak usa uma noção interessante que ajuda a dar conta disso: a de memórias em disputa. Na constituição das memórias de partidos políticos, sindicatos ou outros tipos de organização, diz Pollak, há todo um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória,⁵ que consiste em privilegiar acontecimentos, datas e personagens dentro de determinada perspectiva. Assim, por exemplo, no caso do movimento da Resistência Francesa, duas memórias concorrentes entraram em competição após o fim da guerra: a dos comunistas e a dos gaullistas. Estes últimos tendo vencido a disputa, acabaram fazendo coincidir suas datas e seus heróis com os da memória nacional.

A idéia de um *trabalho de enquadramento da memória* ajusta-se bem à ênfase que tenho procurado dar aqui à idéia de uma ação da memória. No caso das entrevistas de história oral, creio que podemos perfeitamente falar de um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória levado a cabo tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador. Isso porque, como o próprio Pollak chamou atenção em outro artigo, não é de modo algum natural falar sobre sua vida a outrem, a não ser que se esteja “numa situação social de justificação ou de construção de [si] próprio” (Pollak, 1992, p. 213). O entrevistado deve estar convencido a respeito da “própria utilidade de falar e transmitir seu passado” (cf. Pollak, 1989, p.13), caso contrário, não há por que falar de si. Essa utilidade faz parte, sem dúvida nenhuma, da própria ação que o entrevistado intenta desencadear.

Mas essa não é a conclusão a que chega Pollak na discussão sobre o trabalho de enquadramento da memória. Para ele, a especificidade da história oral seria não o fato daquele trabalho ser inerente à ação do entrevistado e do entrevistador, e sim o fato da história oral permitir mostrar, através das memórias individuais, os limites do próprio trabalho de enquadramento da memória (cf. Pollak, 1989, p.12). Este seria o caso das memórias silenciadas durante o stalinismo, por exemplo, e de todo tipo de memória que ele chama de “coletiva subterrânea”, em contraposição à “memória coletiva organizada” (*id.*, p. 8).

Armadilhas da memória “oficial”

Não vou negar aqui a potencialidade da história oral em permitir o acesso a uma pluralidade de memórias e versões do passado. Creio, contudo, que se deve evitar polarizações do tipo “memória subterrânea” *versus* “memória organizada”, ou ainda história ou memória

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.” (Pollak, 1989, p. 4)

⁵ Na verdade, Pollak fala de dois trabalhos: o primeiro, de enquadramento da memória e o segundo, que chama o “trabalho da própria memória em si”, que consiste em manter a coerência, a unidade e a continuidade da memória enquadrada (cf. Pollak, 1992, p. 206). Para efeito de mera simplificação, reúno ambos sob a mesma designação de “trabalho de enquadramento e de manutenção da memória”.

“oficial” *versus* história ou memória “popular”. Como tais polarizações são facilmente sujeitas a simplificações, corre-se o risco de, com elas, transformar a história oral em missão e o pesquisador em missionário, na medida em que ele deve contrapor memórias “dominadas” a memórias “dominantes”.

A oposição entre “memória dominante” e “memória dominada” não é tão cristalina, como bem mostrou o próprio Pollak. No caso, por exemplo, da memória da Resistência, verifica-se que, dependendo do ângulo, o dominado (pelos nazistas) passa a ser o dominante, porque ganhou a disputa pela “memória oficial”. Do mesmo modo, a associação de mulheres deportadas para campos de concentração – isto é, de saída uma memória “dominada” – muda de posição quando seleciona e indica os membros que podem ser entrevistados e cujos testemunhos não entram em choque com a imagem que a associação quer passar de si mesma e da história dos deportados – ou seja, na verdade uma memória “dominante”, porque exclui de sua auto-imagem os que foram deportados por crimes, homossexualismo, prostituição, etc. (cf. Pollak, 1989, p. 10 e 12).

Alessandro Portelli observa com razão, em sua análise sobre o massacre da vila de Civitella Val di Chiana, em que 115 civis italianos foram mortos em um único dia pelos alemães em junho de 1944, que o fato de se falar em *memória dividida* não significa apenas um conflito entre a “memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’”. “Na verdade”, diz Portelli, “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.” (Portelli, 1996, p.106)

Não levar em conta essas nuances pode levar o pesquisador a participar ativamente do trabalho de enquadramento da memória, tomando-o como bandeira, numa clara revelação das ações que pretende desencadear. É o caso, por exemplo, de um estudo recém-publicado sobre a memória de ex-presas políticas da ditadura militar, *Mulheres, militância e memória*, de Elizabeth Xavier Ferreira. Sem querer desmerecer as histórias e as memórias dessas mulheres, nem tampouco a iniciativa de registrá-las, chama a atenção a insistência com que a autora contrapõe a “memória social” que pretende estar ajudando a construir a uma “memória oficial” sobre o regime militar. Podemos dizer que ela vê seu trabalho como uma missão, dado o fato de “esse passado ainda não [ter] sido suficientemente elaborado pela memória da sociedade brasileira” (Ferreira, 1996, p.19). Ora, colocando-se do lado daquilo que em princípio seria a “memória oprimida” ou “subterrânea”, a autora parece não dar-se conta de que, na verdade, a memória do regime militar que procura enquadrar (usando os termos de Pollak) com seu trabalho é, curiosamente, a mesma que está ganhando a disputa — passando, por isso mesmo, a “memória dominante” ou “oficial” daquele grupo.

Para evitar a polarização simplificadora entre memória “oficial” ou “dominante”, de um lado, e memória “genuína” ou “dominada”, de outro, é preciso ter em mente, portanto, que há uma multiplicidade de memórias em disputa. O próprio Pollak chamou a atenção para isso quando observou “a existência, numa sociedade, de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade”. (Pollak, 1989, p.12). Robert Frank, seu colega no Institut d’Histoire du Temps Présent, propôs uma classificação em quatro níveis, que vai desde a *memória oficial da nação*, passando pela *memória dos grupos* (dos atores, dos partidos, das

associações, dos militantes de uma causa etc.) e pela *memória erudita* (dos historiadores), até a memória pública ou difusa (Frank, 1992). E Portelli, finalmente, chama a atenção para o fato de, em sociedades complexas, os indivíduos fazerem parte de diversos grupos e, portanto, deles extraírem as diversas memórias e organizá-las de forma idiossincrática (Portelli, 1996, p.127). Essa diversidade constitui, a meu ver, a melhor alternativa para que possamos abrir mão da polaridade entre “memória oficial” e “memória dominada”.

Para que serve, pois, a história oral? Ou: é possível ir além da construção do passado?

Gostaria de concluir essa intervenção com três observações. Na verdade, são três caminhos que podem nos ajudar a ter mais claro aquilo que a fonte oral documenta, ainda tendo em vista o raciocínio de Pollak de que é preciso investigar como o fato social se transforma em coisa.

A primeira observação, extraída do artigo já citado de Robert Frank, que considera que a história oral pode contribuir para uma *história objetiva da subjetividade*. Isso implica, segundo Frank, que o pesquisador deve ter como objetivo ir além da simples história do acontecimento, interessando-se também pela *história da memória desse acontecimento* até nossos dias. Para quê isso?, pergunta-se o autor, oferecendo em seguida uma resposta que transcrevo aqui:

porque o conhecimento do passado dito “objetivo” não basta para explicar o presente, sendo preciso acrescentar-lhe o conhecimento da percepção presente do passado. Esse “presente do passado” é precisamente a memória, e o estudo acadêmico dessa última permite melhor compreender a identidade que ela tem por função estruturar. (Frank, 1992, p.67)

Ou seja, a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram. A posição de Robert Frank é, nesse sentido, uma das possibilidades de se compreender que a memória é também *fato*, possível de ser objetivamente estudada. E tomar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do passado se tornaram *coisas*, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes.

A segunda observação é minha mesmo e requer um retorno à discussão sobre as armadilhas da chamada “memória oficial”. Em algumas pesquisas de história oral desenvolvidas na Alemanha e na França, chamou a atenção dos pesquisadores o fato da cronologia relativa ao período da Segunda Grande Guerra aparecer frequentemente diferenciada nas entrevistas. Na Alemanha, por exemplo, o ano de 1933 não foi mais importante, para muitos entrevistados, do que os anos de 1934, 1935 e 1936, nos quais se encerra o desemprego em massa em virtude do crescimento da indústria bélica (cf. Herbert, 1985). E, na França, o 8 de maio de 1945 – dia do fim da Segunda Guerra – para muitos não foi tão importante quanto a libertação de Paris na segunda metade do ano anterior (cf. Pollak, 1992, p.202). Será que podemos interpretar essas diferenças dizendo que elas provam que as memórias individuais são resistentes ao trabalho de estruturação da “memória oficial”? Isso seria possível, certamente, mas não é o caminho que considero mais frutífero.

Creio que o mais importante nesse tipo de diversidade cronológica é estarmos atentos à própria diferença entre as cronologias “nacionais” e as de grupos ou indivíduos. Será que o fato dos entrevistados alemães não se lembrarem com tanta clareza do ano de 1933 significa que ele não existiu ou que só existe na “história oficial”? Certamente não. Na verdade, essa circunstância ajuda a compreender a própria ascensão do nazismo – que fez muito mais sucesso quando passou a se reverter em estabilidade e bem-estar social e econômico, do que quando foi predominantemente política. Nesse sentido é que acredito que as duas cronologias devem ser

igualmente consideradas pelo pesquisador, porque aquilo que efetivamente aconteceu na transformação das duas memórias em fatos talvez esteja na própria diferença entre ambas.

A última observação, finalmente, é Alessandro Portelli quem faz, no contexto de um debate com outro pesquisador italiano, chamado Pietro Clemente, sobre o massacre de Civitella Val di Chiana. Clemente teria assinalado que, diversamente do historiador, o antropólogo “está mais interessado ‘nas representações de uma comunidade do que na verdade dos fatos ou na tendência dos valores’” (Portelli, 1996, p.107). Assim, saber se o massacre de Civitella teve como culpados membros da Resistência Italiana que haviam assassinado dois soldados alemães no interior dos limites da cidade, ou os próprios alemães, não teria tanta importância para Clemente, já que a própria comunidade já havia construído sua representação sobre o trágico episódio.

Num movimento que eu avalio como tentativa de dar um passo além da simples constatação do passado construído, Portelli chama atenção, contudo, para a necessidade de tomarmos os “fatos” do historiador e as “representações” dos antropólogos *juntos*, pois, de outro modo, não saberemos distingui-los (*id.*, p.111). Fazendo um paralelo com a questão das cronologias que discuti anteriormente, diria que Portelli chama atenção para a necessidade de se considerar tanto o ano de 1933 quanto os de 1934, 1935 e 1936, para podermos tratar objetivamente a história da memória desses acontecimentos.

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas - diz Portelli. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. (*id.*, p.111; grifo do autor)

Ou seja, mais uma vez, trata-se de procurar compreender como os fatos sociais se tornam coisas – ou, no caso específico, como as “representações” se tornam “fatos”. E Portelli completa:

Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como *história* com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações. (*ibid.*)

Fechamos, pois, o círculo que foi iniciado com a questão da especificidade da história oral. Se pretendemos despendar tempo e recursos com projetos de história oral, a pergunta a ser respondida de modo mais “rentável” pelas entrevistas talvez seja a da distância (ou não) entre “fatos” e “representações”. A meu ver, a grande riqueza da história oral é ela permitir investigações sobre como representações se tornam fatos – o que pressupõe um caráter “acontecimental” da memória, para além de sua função de “significar” o passado.

Referências bibliográficas

Alberti, Verena - 1988 - *A identidade no processo de criação literária: autobiografia e ficção em dois casos da literatura brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____ - 1990 - *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

_____ - 1992 - “No giro do caleidoscópio: a questão da identidade na criação literária”, *Antropologia Social*. Comunicações do PPGAS. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, abril de 1992, p. 33-66.

Becker, Jean-Jacques - 1987 - “O handicap do *a posteriori*”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 27- 31.

Ferreira, Elizabeth F. Xavier - 1996 - *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Frank, Robert - 1992 - “La mémoire et l’histoire”, in: Danièle Voldman (dir.). *La bouche de la vérité? La recherche historique et les sources orales. Cahiers de l’IHTP*. novembro de 1992, p. 65-72.

Herbert, Ulrich - 1985 - “Zur Entwicklung der Ruhrarbeiterschaft 1930 bis 1960 aus erfahrungsgeschichtlicher Perspektive.” in: Lutz Niethammer & Alexander von Plato (org.). “*Wir kriegen jetzt andere Zeiten*”. *Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in Nachfaschistischen Ländern*. Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960 (Lusir), Bd. 3., Berlin-Bonn, J.H.W. Dietz Nachf., p. 19-52.

Hüttenberger, Peter - 1992 - “Überlegungen zur Theorie der Quelle”, in: Bernd-A. Rusinek; Volker Ackermann & Jörg Engelbrecht (org.). *Einführung in die Interpretation historischer Quellen. Schwerpunkt: Neuzeit*. Paderborn, Ferdinand Schöningh.

Lévi-Strauss, Claude - 1971 - *L'homme nu*. Paris, Plon.

Niethammer, Lutz - 1985 - “Fragen-Antworten-Fragen. Methodische Erfahrungen und Erwägungen zur Oral History.”, in: Lutz Niethammer & Alexander von Plato (org.). “*Wir kriegen jetzt andere Zeiten*”. *Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in Nachfaschistischen Ländern*. Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960 (Lusir), Bd. 3., Berlin-Bonn, J.H.W. Dietz Nachf., p. 392-445.

Pollak, Michael - 1989 - “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

_____ - 1992 - “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, p.200-215.

Portelli, Alessandro - 1996 - “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.